

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 164.579 - SP (2019/0081628-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DO FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA - DIPO 4 - SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE CAÇADOR - SC**
INTERES. : **JUSTIÇA PÚBLICA**
INTERES. : **EM APURAÇÃO**

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo JUÍZO DE DIREITO DO FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA – DIPO 4 – SÃO PAULO – SP em face do JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE CAÇADOR (SC).

Consta dos autos ter sido instaurado inquérito para a apuração do delito de estelionato consubstanciado em fraude na venda de mercadorias pela rede mundial de computadores que, apesar de devidamente pagas, não foram entregues.

O Juízo suscitado declinou da competência por entender que a consumação do delito de estelionato se dá no local onde foi obtida a vantagem ilícita (e-STJ fl. 66).

Ao receber os autos, o Juízo suscitante instaurou o presente incidente por considerar que a consumação do estelionato se deu, no caso, no local do efetivo prejuízo da vítima (e-STJ fls. 101/104).

O Ministério Público Federal se manifestou para que fosse declarado competente o Juízo suscitado (e-STJ fls. 112/114).

É, em síntese, o relatório.

Consta dos autos que a vítima pagou o produto comprado em sítio da Internet, mas a mercadoria nunca foi entregue.

Cuida-se, portanto, na espécie, de delito de estelionato praticado mediante fraude na venda eletrônica. Nesses casos, esta Corte entende que o crime se consuma no local do efetivo prejuízo da vítima, sendo competente, portanto, nos termos do art. 70, *caput*, do Código de Processo Penal, o Juízo do local onde a vítima efetuou o

pagamento, no caso, o da cidade de Caçador (SC).

A propósito:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. CRIME DE ESTELIONATO. CONSUMAÇÃO. JUÍZO EM QUE OCORRE O EFETIVO PREJUÍZO À VÍTIMA. LOCAL DA AGÊNCIA ONDE A VÍTIMA POSSUI CONTA BANCÁRIA. PRECEDENTES.

1. Nos termos do que dispõe o art. 70 do CPP, a competência é, em regra, determinada pelo lugar em que se consuma a infração penal ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

2. O delito de estelionato consuma-se no local em que ocorre o efetivo prejuízo à vítima, ou seja, na localidade da agência onde a vítima possuía a conta bancária. Precedentes.

3. Tendo a vítima efetuado as transferências em agência localizada na cidade de Pacaembu/SP, onde possuía conta bancária, é este o local do efetivo dano e para onde devem ser remetidos os autos para regular processamento e prosseguimento do feito.

4. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara de Pacaembu/SP, ora suscitado. (CC 147.811/CE, relator Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 19/09/2016.)

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ESTELIONATO. LOCAL EM QUE SITUADA AGÊNCIA DA VÍTIMA. CONFIGURAÇÃO DO PREJUÍZO E FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIA. PRECEDENTES.

A agência da vítima é fator determinante para fixação de competência em se tratando de crime de estelionato, sendo este o lugar da consumação do delito, em virtude do momento do prejuízo.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no CC 145.119/PR, relator Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/08/2016, DJe 17/08/2016.)

Ante o exposto, **conheço do conflito para declarar competente o JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE CAÇADOR (SC).**

Publique-se.

Comunique-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

